

Economia e Sociedade no México do Século XIX: Vicissitudes na construção de um Estado-nação

Economy and Society in XIXth Century Mexico: Troubles in building a State

George Henrique de Moura Cunha¹ e Carlos F. Domínguez Avila²

Vínculo Institucional: ¹ Doutor em Economia e professor da Universidade Católica de Brasília. ² Doutor em História e professor do Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Unieuro.

Resumo:

O artigo explora as principais transformações ocorridas na economia e na sociedade mexicanas, do final do período colonial até o fim do regime de Porfirio Díaz em 1911. Procura-se identificar as principais tendências econômicas e sociopolíticas daquele país e sua influência no estudo da história econômica latino-americana. Este trabalho está dividido em cinco partes além de uma introdução, a saber: transformações na ordem política; a economia entre a independência e a consolidação do país; as condições sociais; e considerações finais.

Palavras-chaves:

Economia Política do México; História do Pensamento Econômico, Relações Estado-Sociedade; História Econômica da América Latina.

Abstract:

The article explores the main changes in the Mexican economy and society, between the end of the colonial period to the Porfirio Díaz regime in 1911. The article looks for the main tendencies of economic and social development in that country and its impact on Latin-American economic

history. This work is divided into five parts, plus an Introduction: changes in the political order; the economy between independence and consolidation of the country; the economy between independence and consolidation of the country; social conditions; and final remarks.

Keywords:

Mexican Political Economy; History of Economic Thought; State and Society relations; Economic History of Latin American.

1. Introdução

Em 1821, o México declarava-se independente da Espanha. O antigo vice-reino da Nova Espanha não existia mais. Durante a maior parte do século XIX e começo do século XX, a história do México foi pautada pela existência de graves problemas administrativos, revoluções internas e conflitos com seu vizinho ao norte, que detiveram seu desenvolvimento por várias décadas. Além disso, vários governos controlaram ou pensaram que controlaram o país, e com resultado desse processo, a maior parte da econômica mexicana era controlada por capitais externos. O México moldou sua imagem externa como a de uma nação em conflito pela construção do Estado e da nação. De um lado, os inimigos externos foram os franceses e norte-americanos. Entretanto, os inimigos internos eram eles mesmos (SCHIAVON, SPENSER e VÁZQUEZ, 2006).

Descartar os efeitos das crises políticas sobre a economia é tentar esconder um grave problema para o crescimento no longo prazo da economia. Na literatura econômica, a estabilidade representa uma das regras mais básicas pela qual o capital necessita para se expandir. Sem ela, as chances para o sucesso da atividade econômica tornam-se escassas. Provavelmente, em toda América Latina, esta verdade tenha sido, tanto dramática como, cruel. Em 1800, ainda durante o regime colonial a renda *per capita* dos mexicanos representava dois terços da renda *per capita* dos Estados Unidos.

Entre 1821 a 1870, os principais obstáculos para o desenvolvimento econômico do México estavam concentrados em elementos que fugiam ao controle dos capitais privados, tais como a instabilidade política, conflitos de interesses com a igreja, falta de garantias ao direito de propriedade e na baixa renda *per capita* (HARBER, 1990a, p.81). Entre 1820 e 1870, a renda *per capita* mexicana cresceu

em termos reais um pouco mais que 3,8%, passando de 627 dólares para 651 dólares. Este fraco desempenho econômico poderia ser fortemente atribuído aos quase cinquenta anos de conflitos militares que se iniciaram, desde a sua separação política com a Espanha em 1811. Essas informações indicam, fortemente, que eles haviam cobrado um grande preço ao México, proporcionando a economia desta nação uma prolongada fase de estagnação econômica.

Os primeiros anos da jovem nação foram marcados pela indefinição sobre a sua forma de governo. Isso era retrato da manutenção de grande parte dos hábitos e costumes que prevaleciam na sua fase colonial, e que culminaram com a coroação de um oficial do exército mexicano como Imperador Augustin de Iturbide (1783-1824).¹ Como se pode observar, esse fato fora apenas um exemplo do peso da tradição na vida política do país. Todavia, a primeira experiência monárquica do México teve vida curta, com a deposição do Imperador e o restabelecimento da república.

A independência política não provocou transformações na ordem econômica e na estrutura social do país, pelo contrário, a ordem vigente manteve-se, bem como o forte poder da igreja sobre a vida dos seus habitantes. Assim, na ausência de um poder civil forte, o exército assumiu o papel desempenhado pela antiga burocracia colônia. Ao longo dos primeiro cinquenta anos do país dois grupos políticos – liberais e conservadores – se revezaram no poder, marcando uma forte luta interna e que somente haveria trégua, em momentos que a nação era ameaçada por forças externas. Cada um dos grupos políticos apresentava uma visão distinta de como conduzir a nação. Os conservadores eram a favor de um Estado mexicano forte e centralizado, enquanto os liberais apoiavam uma república federativa. Nesse momento, o exército mexicano era crucial na manutenção da estabilidade do país, visto que com a ausência da casa Real Espanhola e, conseqüentemente, de uma

¹ Inicialmente verificou-se um grande debate sobre quem governaria a antiga colônia espanhola. Prevalecia a ideia de

convidar um membro da família real espanhola para manter a unidade do país.

nobreza e de uma burguesia fortes, esse vácuo era preenchido por aqueles que haviam se destacado no processo de independência. Desse modo, sem haver fatores restritivos, o exército desempenhou um papel de mediador do poder, em outras palavras um general deveria governar como presidente (BAZANT, 2001, p. 421-423).

Além do exército, havia outro fator político, uma instituição com grande poder sobre todos os mexicanos. A igreja Católica havia conseguido manter seus direitos e privilégios com o novo regime. A igreja era a maior detentora de propriedades particulares no país, e o seu patrimônio imobiliário estava em constante processo de crescimento por meio de imóveis adquiridos mediante testamento ou tomados em hipotecas. Somente em 1833, no governo do General Antonio López de Santa Anna (1794-1876), algumas tentativas de reforma foram feitas. A lei civil que obrigava a todos os cidadãos a pagar o dízimo para a igreja católica foi abolida, dando lugar a uma contribuição voluntária.² Além disso, todas as transações envolvendo propriedades religiosas desde a independência foram canceladas. Posteriormente, outros governos revogariam parte desses atos, mantendo a igreja católica como religião oficial do Estado.

Os primeiros anos do país foram marcados pela ameaça, em grande parte pelas grandes oportunidades econômicas a serem exploradas e pela descentralização política. Nesse sentido, uma possibilidade de invasão e a perda da integridade territorial por uma nação estrangeira sempre foi considerada como um fator relevante. Ao longo do século XIX, o tempo tratou de mostrar, que isso era verdade. Durante governo do general Santa Anna, a República do México teve a sua primeira grande derrota. Em 1836, a província do Texas havia declarado sua independência sendo prontamente reconhecido pelos Estados Unidos. Neste episódio, para infelicidade dos mexicanos, seu presidente

havia sido derrotado em batalha, e pós ser feito prisioneiro em campo de batalha, ele assina um tratado reconhecendo a sua independência.³

Dez anos depois estoura um conflito armado, dessa vez com o grande vizinho na fronteira norte. O Governo dos Estados Unidos, motivados pela duplicação do seu território com compra dos territórios da Luisiana, aos franceses, em 1808 por 15 milhões de dólares, invadem o território mexicano. Os Estados Unidos desejavam chegar ao oceano pacífico, com a anexação do Texas em 1845 e do território do Oregon em 1846, os mexicanos eram o único obstáculo para sacramentar os desejos dos Norte-americanos. Em linhas gerais, a guerra com os Estados Unidos foi trágica para os mexicanos, com a consequente perda de quase a metade do seu território. Ocorrida entre 1846 a 1848, foi o primeiro grande conflito impulsionado pela ideia de Destino Manifesto, uma crença de que a América tinha o direito dado por Deus, o destino de expandir as fronteiras do país até o oceano Pacífico (HART-DAVIS, 2010, p. 310-311). Como resultado, os Estados Unidos ampliaram o seu território em cerca de um quarto, adquirindo o controle dos atuais Estados do Novo México, Califórnia, parte do Colorado, Utah, Arizona e Nevada. A solução desse conflito acontece com a assinatura do tratado Guadalupe Hidalgo, no qual o México reconhecia a perda de metade do seu território e receberia uma indenização dos Estados Unidos (SCHIAVON, SPENSER e VÁZQUEZ, 2006).

Em 1862, novo conflito com uma nação estrangeira. Dessa vez, tropas francesas invadem o México pela segunda vez em sua história, como resposta ao não pagamento de compromissos externos assumidos pelos mexicanos em 1861 (BAZANT, 2001, p. 429). Com apoio inicial da Inglaterra e da Espanha, os franceses tomaram a Cidade do México em 1863, impuseram como forma de governo uma monarquia, tendo como governante, o príncipe Maximiliano de Habsburgo-

² A lei espanhola havia sido mantida, permitindo que o clero desfrutasse de fórum privilegiado, a cobrança de taxas por serviços religiosos e a manutenção do dízimo.

³ Embora o Congresso Mexicano tenha rechaçado posteriormente este tratado.

Lorena da Áustria (1832-1867). Em 1867, as tropas monarquistas são derrotadas, comandadas por um presidente de origem indígena e com apoio dos Estados Unidos, executam o imperador. Ao ingressar na capital mexicana, o presidente Benito Juárez (1806-1872) restaurara a república mexicana.

Os fatos são claros ao mostrar que a inconstância política do México seria prejudicial ao país, para a economia os efeitos também seriam mais fortes. Sem regras políticas estáveis e ausência de instituições fortes, os capitais não poderiam ingressar na economia. Os primeiros cinquenta e cinco anos do país foram bem conturbados, com direito a sucessivos golpes e invasões estrangeiras e revoluções internas. Entre 1811 e 1876, governaram o México 75 presidentes e dois imperadores. Com essa grande alternância de poder, não havia como manter constantes as regras do jogo e para piorar a situação elas mudavam ao sabor dos novos governantes.

O quadro das instituições era bastante precário, por exemplo: até a década de 1880, não existia no país uma legislação que estabelecesse as relações comerciais. Também não havia uma lei sobre patentes e nem uma legislação relativa à proteção do crédito, o que dificultava os investimentos de longo prazo para qualquer atividade produtiva. Assim como, para qualquer atividade econômica eram necessárias permissões ou autorizações especiais, que por sua vez eram agravados com impostos ou tarifas especiais (HABER, 1990a, p. 88).

Em um ambiente que havia dificuldade em cumprir os contratos firmados ou cobrar os empréstimos contraídos, principalmente, quando o Estado estava envolvido, possuir acesso aos dirigentes que exerciam o poder, era uma ferramenta necessária para a sobrevivência de algum negócio. Esse quadro institucional arcaico, portanto,

contribuía fortemente para o subdesenvolvimento do México (COATSWORTH, 1988, p. 289).

2. A economia e a sociedade mexicanas no processo de consolidação do Estado nacional, 1811 a 1876

Durante esse período a economia mexicana era essencialmente agrícola. A fonte principal de sobrevivência da maioria dos mexicanos estava ligada à terra. A maior parte de sua população estava assentada nas pequenas cidades, com suas atividades concentradas no campo e praticavam uma agricultura de subsistência que dependia praticamente da vontade divina para ter sucesso. Cumpre mencionar que na época das Independências, o México era o país mais populoso da América Latina, com sete milhões de habitantes (conferir Tabela 1).

Tabela 1: População do México e da América Latina antes e depois da Independência, 1788-1823 (em milhões de habitantes)

País	1788	1810	1823
Nueva Espanha	5,9	7,0	6,8
Guatemala	1,2	-	1,6
Cuba e Porto Rico	0,6	-	0,8
Venezuela	0,9	0,9	0,8
Nueva Granada	1,8	2,0	2,0
Peru	1,7	2,0	1,4
Chile	-	-	1,1
Rio da Prata	1,1	2,3	2,3
Brasil	1,9	3,3	4,0
Total	15,1	17,6	20,7

Fonte: Bulmer-Thomas (2010, p. 35).

Nesse universo rural, grande parte da população sobrevivia por meio de uma economia de trocas, que pouco conhecia a monetização – os principais bens agropecuários da época eram: o açúcar, os cereais, o anil, a criação de gado. As profundas transformações ocorridas na economia mexicana, após a segunda metade do século XIX, não haviam conseguido alterar esse quadro que perdurava desde seu período colonial. A falta de infraestrutura era um grande obstáculo para o desenvolvimento econômico, para agravar este quadro a geografia não foi generosa com o país, visto que, o México não dispõe de rios navegáveis que possibilitem o transporte de mercadorias do litoral para o interior. Além disso, a grande quantidade de montanhas íngremes e grande cobertura territorial de florestas tropicais prejudica sensivelmente o deslocamento das mercadorias, encarecendo os fretes dos produtos.

Em linhas gerais, aproximadamente um terço do território mexicano está assentado em terras planas, propícias à agricultura e a pecuária. Assim posto, o comércio interno era dificultado com estes obstáculos. O pequeno movimento de cargas que existia era transportando em reduzidas quantidades com margens elevadas de lucro. Nesse sentido, quase todas as mercadorias haviam de percorrer até seu destino final, por meio de caminhos em terrenos montanhosos, usando mulas ou carros de boi. A grande maioria das estradas carecia de manutenção ao longo do século XIX, o que dificultava o comércio e encarecia os fretes, criando-se assim uma barreira natural para o surgimento de algumas indústrias, com a produção destinada exclusivamente a mercados locais. Um exemplo claro desse processo, eram as firmas que produziam bens perecíveis, como a cerveja e pães, ou produtos das pequenas manufaturas que elaboravam panos mais grossos. Nesse universo dos mercados locais sobreviviam às pequenas tecelagens manuais – também chamadas de *obrajes*.

A questão do transporte e a sua segurança eram que dificultavam extremamente o desenvolvimento do país. A introdução das ferrovias a partir de 1873, com a conclusão do

trecho entre a cidade do México e Vera Cruz, haveria de atenuar este problema. A segurança nas estradas era um caso alarmante, visto que vários grupos de bandoleiros infestavam o interior do país, assaltando aqueles que se aventurassem a viajar. Também não adiantava esperar por ações provenientes da Cidade do México, por não haver recursos financeiros para a criação de um exército nacional profissional, o Governo central tinha que depender de alguns efetivos militares e oportunistas, que por sua vez não eram tão melhores do que aqueles que deviam combater. Certamente essa situação também repercutia negativamente no modesto desempenho do setor exportador mexicano em meados do século XIX – sobretudo em termos *per capita* (conferir Tabela 2).

Tabela 2: Exportações, população e exportações per capita no México e outros países da América Latina, circa 1855

País	Exportações (em milhares de dólares)	População (em milhares)	Exportações per capita (em dólares)
Argentina	11310	1100	10,3
Bolívia	7500	1374	5,5
Brasil	35850	7230	5,0
Chile	11308	1443	7,8
Colômbia	4133	2200	1,9
Costa Rica	1150	101	11,4
Cuba	26333	1186	22,2
Equador	1594	816	2,0
El Salvador	1185	366	3,2
Guatemala	1404	847	1,7
Haiti	4499	938	4,8
Honduras	1125	230	4,9
México	24313	7662	3,2
Nicarágua	1010	274	3,7
Paraguai	451	350	1,3
Peru	7500	2001	3,7
Porto Rico	6204	495	13,7
Rep. Dominicana	500	146	3,4
Uruguai	7250	132	54,9
Venezuela	4865	1490	3,3
América Latina	159484	30381	5,2

Fonte: Bulmer-Thomas (2010, p. 53).

O processo de industrialização no México antecede ao período colonial, com as tradicionais *obrajes* que produziam tecidos e confecções para os segmentos populares. Todavia, essa forma de organização não consegue evoluir e sobreviver com a concorrência das novas formas de produção desenvolvidas pela Revolução Industrial. Nesse sentido, Haber (1990a: 81-83), analisando os obstáculos a industrialização, divide em dois períodos distintos as restrições existentes para o desenvolvimento da indústria mexicana. No primeiro período (1830-1880) as principais

dificuldades encontradas pelas manufaturas eram elementos fora de seu controle, tais como: a insegurança jurídica para os direitos de propriedade; o baixo crescimento da renda *per capita* e do reduzido mercado interno nacional; dos meios de transportes deficientes; da elevada criminalidade nas estradas; e dos baixos níveis de capitais nacionais internos. Para o período seguinte (1880 – 1940) o foco do problema passa a ser direcionado para o âmbito interno da empresa, quando a incapacidade de conseguir economias de escala; altos custos do capital fixo; baixa produtividade dos trabalhadores; começam a prejudicar o florescimento industrial.

Quanto ao primeiro período, à dificuldade mais visível para a indústria manufatureira mexicana no século XIX fora à falta de um mercado nacional, em decorrência dos altos custos de transporte entre as diversas regiões do país. Ao comparar as experiências de sucesso em nações com industrialização recente, é possível perceber um fato em comum: todas elas estavam conectadas com sistemas de transporte de baixo custo – um bom exemplo disso é o transporte fluvial e por canais, navegação costeira e estradas. No México, a situação era totalmente inversa, os custos de transportar mercadorias de uma cidade para outra eram extremamente elevados, um fato que contribuía profundamente para isso está na topografia muito irregular do país.

Segundo Haber (1990a, p. 91)

Únicamente un tercio de la superficie del país es razonablemente llana y apenas hay vías fluviales navegables, excepto algunos ríos de los escasamente poblados estados surorientales de Veracruz y Tabasco. Además, la gran mayoría de la población ha vivido históricamente en las montañas del interior del país, lo que quiere decir que la navegación costera no podía desempeñar un papel significativo a la hora de unir los mercados.

Os mercados mexicanos eram de caráter local, onde a maior parte das mercadorias produzidas era comercializada em uma área próxima ao local de produção. Para o mesmo autor, o quadro era bastante similar ao que existia na atual Alemanha antes da sua formação. Até o final do século XIX, as províncias haviam adquirido uma grande autonomia frente ao governo central e, com isso, também executavam uma política fiscal autônoma. Em outras palavras, cada província tributava a produção e o comércio a sua maneira.

Os mesmos elementos que prejudicavam a criação de uma grande indústria no México, por outro lado, também abriam chances para os pequenos produtores. Os elevados

curtos de transporte interno protegiam os pequenos fabricantes da concorrência inglesa. Nesse sentido, a indústria do algodão liderava esse processo. Em 1843, havia 43 fábricas de algodão concentradas nos Estados de Puebla e Cidade do México, produzindo para os mercados locais para tecelões independentes. Duas décadas mais tarde, em 1877, a indústria de algodão cresceu significativamente. Naquele ano haviam sido instaladas 92 fábricas, porém com um tamanho médio inferior a períodos anteriores. Além da indústria do algodão, também havia outras atividades relevantes, que muitas vezes aparentavam mais uma oficina artesanal do que uma indústria moderna (FRANÇA e CUNHA, 2014). Em sua maior parte, elas eram de tamanho reduzido e empregavam poucos trabalhadores. Um bom exemplo disso era a atividade siderúrgica que estava concentrada em cinco fundições em 1853, a maior parte considerada de pequeno porte. Também era cinco a quantidade de empresas na relacionadas à produção de vidro em 1857 e que apresentavam o mesmo perfil das pequenas fundições. Nos dois setores citados, a maior parte das empresas empregava até cem trabalhadores.

Outras atividades também empregavam trabalhadores, porém em escala mais reduzida, e estavam relacionadas a bens de consumo leves, que exigia pouco capital e empregava a tecnologia disponível no país. A maior parte delas estava localizada na cidade do México. Em 1887, operavam 728 firmas nas áreas de calçado, produtos de higiene, madeireira, chapéus, alfaiataria, e panificação. O interessante nessa realidade, é que não havia uma indústria de bens de capital ou de bens intermediários. Isso resultava, em grande parte, pelo fato das indústrias de bens de consumo existentes não conseguirem gerar condições para o surgimento destes dois ramos de atividade industrial. Em outras palavras, o mercado mexicano não havia amadurecido o suficiente para sustentar uma indústria de bens de capital própria e nem tampouco uma indústria de bens intermediários (HABER, 1990a, p.91).

3. Auge e declínio do liberalismo económico e político mexicano, 1876 a 1911

José de La Cruz Porfírio Díaz Mory (1830-1915) legalmente governou o México em dois períodos: 1876 a 1880 e entre 1884 a 1811. Nesse meio termo (1880 a 1884), o México foi governado por um amigo de Porfírio, o presidente Manuel Gonzáles (1833-1893). Durante o tempo em que Porfírio Díaz esteve comandando direta e indiretamente a vida política mexicana é conhecida na literatura como El Porfiriato. Em termos económicos foi positivo, pois o regime do Porfiriato proporcionou ao México, um longo período de rara estabilidade política, que desde o início do processo de independência nunca havia experimentado. No conjunto, suas ações beneficiavam o setor exportador e aqueles que desejavam investir no país. Um bom exemplo estava na forma como geria as receitas do governo. Ao contrário das gestões anteriores que aumentaram suas receitas fiscais por meio de empréstimos compulsórios e aumento da carga tributária, Díaz fez a opção de não enveredar por este caminho. Caso ele colocasse em prática tais medidas, provavelmente desestimularia o ingresso de capitais estrangeiros. A assim chamada “velha água” ou “o chefe”, isto é, o presidente Díaz, desejava colocar o México na rota dos capitais internacionais, para tanto, a maior parte das receitas eram provenientes das altas taxas alfandegárias e sobre a mineração. E, como incentivo, as empresas estrangeiras instaladas no país eram pouco tributadas (KATZ, 2002, p.58; BRUE, 2005).

Em termos económicos suas ações possibilitaram a entrada no México no sistema económico mundial como fornecedor de matérias-primas (CARMAGNANI, 2004). Durante seu governo foram criadas condições políticas e económicas necessárias para atrair o capital internacional em direção México, a fim de modernizar a economia do país. Durante esse período, a oposição política praticamente desapareceu, enfraquecendo substancialmente o poder dos caudilhos regionais, que desde o início da história da nação rivalizavam com o poder central. Desse modo, com um poder central mais forte, a segurança das estradas foi reforçada,

ocasionando uma redução na ação dos grupos de bandoleiros que assaltavam seus percursos (CATÃO, 1998).

Por outro lado, o incipiente movimento dos trabalhadores nas cidades foi combatido diretamente, evitando a formação de greves e propiciando a formação de uma classe operária mais organizada que possibilitasse, por seu poder de barganha, auferir melhores remunerações. Além disso, havia uma grande mobilidade da força de trabalho que recebia uma remuneração extremamente baixa. O regime fazia todos os esforços para que os operários ganhassem pouco, mesmo que isto obrigasse o uso de fortes incentivos policiais para manter esta situação. Para as empresas, a oferta de trabalho apresentava um grave problema que não poderia ser resolvido, tanto no curto, como no médio prazo. A qualificação dos trabalhadores era extremamente baixa, em consequência, as atividades que demandavam um corpo técnico mais especializado eram preenchidas, quando possível, por operários técnicos estrangeiros. Nesse sentido, as atividades relacionadas à manutenção e operação de máquinas apresentavam uma forte carência de operários especializados, contribuindo para redução na produtividade do setor.

Durante a década de 1880, os efeitos de um governo central forte, associados a uma política favorável ao capital, criaram condições para que a industrialização do México tomasse outro rumo. A partir desse momento, a entrada do capital estrangeiro ocorre em maior quantidade beneficiando as atividades com maior potencial de lucro e transformando em pouco tempo a economia nacional. A forma do autoritarismo que se desenvolveu durante o regime de Porfírio Díaz se ajustava perfeitamente às exigências do processo de modernização que o capital requeria. Isto implicava em profundas modificações no marco legal e institucional (COATSWORTH, 1975, p. 215; VAN CREVELD, 2004). Nesse sentido, era essencial que o Estado mexicano conseguisse ofertar condições seguras para o capital, e assim o fez Porfírio Díaz ao implantar uma nova legislação sobre mineração aprovada pelo Congresso Nacional, em 1887. Com

o virtual controle do cenário político, outras ações visando transformar o quadro institucional foram aprovadas, tais como a promulgação de uma legislação societária em 1889, e estabelecimento de códigos comerciais, normas bancárias e de crédito. Também foram realizadas ações no sentido de organizar uma burocracia civil e na unificação do regime fiscal.

O setor mais vulnerável na economia mexicana continuava sendo a infraestrutura responsável, por boa parte do atraso econômico do país. Com a implantação das reformas no aparato institucional, os investimentos estrangeiros aumentaram significativamente. Os setores mais beneficiados nesse processo foram o ferroviário, por meio de subsídios, isenções fiscais e concessões especiais, e o da mineração. O desenvolvimento de uma malha ferroviária permitiu transportar matérias primas do interior para os portos do litoral ou até o norte do país em direção à fronteira com os Estados Unidos. Paralelo às concessões federais, também surgia um grande número de ramais secundários que possibilitaram o surgimento de uma rede interconectada que ligava finalmente os mercados interiores entre si, possibilitando a formação de um incipiente mercado nacional, via redução nos custos de transportes (conferir Tabela 3).⁴

Tabela 3: Malha ferroviária federal mexicana, 1876-1910

Ano	Quilômetros	1873 = 100
1873	572	100
1876	680	119
1880	1.074	188
1884	5.731	1.002
1890	9.544	1.669
1900	13.615	2.380
1907	17.510	3.061
1910	19.280	3.371

Fonte: Haber (1990b) e Ficker (1995) e tabulações dos autores.

⁴ Além disso, melhorou o escoamento da produção agrícola, auxiliou o investimento externo em grande escala,

Entre 1873 a 1910, a malha ferroviária federal mexicana havia crescido espetacularmente e se aproximava do total apresentado pela malha brasileira e abaixo da argentina. Porém, se adicionarmos a esta conta os ramais ferroviários secundários controlados pelas províncias e governos locais, que totalizavam mais de quatro mil quilômetros de estrada de ferro, o México, em 1910 já possuía a segunda maior rede na América Latina. Isso era um feito espetacular, pois a geografia mexicana não ajudava muito o trabalho dos construtores. As inovações tecnológicas foram responsáveis por esse feito, com suporte do capital estrangeiro e do forte apoio governamental, conseguiram superar as adversidades encontradas em períodos anteriores (CALDERÓN, 1965).

Assim, melhorava substancialmente as condições para a formação de um mercado interno para produtos mexicanos, com a profunda redução nos custos de transportes. A partir desse momento, deslocar uma mercadoria do interior para o litoral era bem mais fácil e barato, que a menos de dez anos. Como consequência, maiores eram as possibilidades de comercializar mercadorias transportadas por trilhos em detrimento das antigas formas de transporte. O papel das ferrovias foi essencial para o desenvolvimento econômico do México no final do século XIX.

Durante a década de 1890, as cargas transportadas pelas ferrovias não se concentravam exclusivamente na condução de mercadorias para o mercado externo. Ao contrário do verificado em toda a América Latina, as empresas de transporte ferroviário atuaram fortemente na promoção de algumas regiões e atividades produtivas, possibilitando a ligação entre pequenos mercados entre si, em um mercado interno integrado. Um bom exemplo é que as 11 maiores empresas em 1907, apresentavam um volume de

melhoraram a capacidade de militar do regime central, além de melhorar as comunicações da nação. Ver Cunha (2013)

carga transportada para o mercado interno superior ao volume de carga exportada (FICKER, 1995, p. 41).

Agora, havia um mercado nacional em rápido processo de formação. Um bom exemplo disso estava na redução em quase 95% do valor total do frete entre a capital do país e a cidade de Querétaro distante apenas 250 km entre si. Até 1910, a criação de uma malha ferroviária não havia beneficiado todo o país. A maior das estradas de ferro estava localizada nas regiões mais desenvolvidas e que apresentavam maior rentabilidade, permitindo escoar a produção mineral e agrícola do país. Havia regiões que não estavam conectadas, como a Baja Califórnia, Chiapas, Tabasco, a costa sul do pacífico e a península de Yucatán. Bem como, também havia regiões onde duas concessões concorriam pelo mesmo mercado (COATSWORTH, 1990).

Desde o período colonial, a economia mexicana se destacara com grande exportadora de prata. Ao longo do século XIX, a atividade mineradora no México apresentou uma tendência de queda em grande parte foi resultado da incerteza política, das dificuldades em escoar a produção e da falta investimentos que levassem a modernização desse setor. Todavia, a partir de 1880, as condições para o setor de mineração tornaram-se extremamente favorável devido à introdução das ferrovias e a consequente redução nos custos de transporte, e na política governamental de atrair capital estrangeiro.

No final de 1884, as leis mexicanas foram alteradas para beneficiar investimentos no setor. Desde o período colonial, as leis outorgavam ao Estado a propriedade pelo uso do subsolo. Com Porfirio Díaz no poder, as coisas haviam mudado substancialmente. A partir desse momento, os proprietários de terra também eram donos do subsolo (DE LA BORDA, 2005, p. 21-23).

Em um primeiro momento, a mineração de ouro e prata foram os setores mais beneficiados. Entre 1875/76 a produção de prata aumentou de quinhentas e vinte dois mil toneladas, para dois milhões e trezentas e cinco mil toneladas em 1910/11. Esse processo também acontece com a produção de ouro, que passa de um pouco mais de mil e sessentas toneladas, para trinta e sete mil no mesmo período (conferir Tabela 4).

Tabela 4: Produção de ouro e prata Mexicana, 1875-1911

Ano	Ouro (ton.)	Em pesetas (milhões)	Prata (ton.)	Em pesetas (milhões)
1875/76	1,6	2,2	522,0	21,8
1880/81	3,4	2,0	756,0	29,2
1885/86	2,0	1,3	874,0	34,2
1890/91	2,7	1,8	1068,0	41,9
1895/96	17,8	12,0	1491,0	61,0
1900/01	27,3	18,4	1816,6	74,3
1905/05	27,3	36,4	1845,2	75,6
1910/11	37,1	49,5	2305,8	80,9

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2009).

Os investimentos no setor contemplaram outros tipos de mineração. Desse modo que ocorre um substancial crescimento na produção de cobre, ferro e carvão. A situação mineral mexicana era mais confortável que a brasileira e a argentina, no que tange a oferta de insumos para sua incipiente industrial. Ao contrário dos dois países sul-americanos, o México dispõe de reservas de carvão, para alimentar as caldeiras de uma grande fundição e sua extração

naquele momento, e isto representava uma parcela significativa do consumo nacional (FICKER, 1995, p. 55).⁵

Embora, naquele momento, a produção nacional de carvão e coque fosse insuficiente para satisfazer o mercado interno, por sua localização e proximidade dos países produtores, podia se adquirir estes insumos por um preço mais reduzido que o Brasil e a Argentina, o que fez reduzir consideravelmente os custos de produção. Entre 1893 e 1907, a participação do carvão mineral e coque nas cargas transportadas pelas 11 maiores empresas ferroviárias do país sobre 28% para 35% do volume transportado. O volume transportado passou de seiscentos mil toneladas, para um milhão e oitocentas mil toneladas, entre 1899 e 1907.

A indústria siderúrgica mexicana toma um forte impulso a partir 1891, quando o Congresso dos Estados Unidos aprovou a denominada tarifa Mackinley, aumentando as tarifas de importação sobre minerais não processados, e mantendo de forma relativamente baixa, as barreiras tarifárias sobre minerais processados. Como consequência direta deste ato, as empresas de mineração localizadas nos Estados Unidos passaram a instalar plantas siderúrgicas no território mexicano (KATZ, 2002 p.51).

Nesse sentido o papel das ferrovias é crucial para transportar o minério de ferro das jazidas em direção à fundição. Em 1900, é criada a La Fundidora Monterey que empregava as mais modernas técnicas de produção de ferro e aço existentes. Era a primeira indústria de grande porte na América Latina, que operava em todas as fases do processo: desde a extração até a elaboração do produto final em chapas ou lingotes. Para ajudar neste esforço, a produção local de carvão entre 1881 e 1910, é multiplicada por seis. A extração

de ferro aumenta em uma proporção ainda maior, em dez anos, ela passa de um pouco mais de três mil e trezentas toneladas para quase cinquenta e cinco mil (conferir Tabela 5). O mesmo resultado também é encontrado na mineração de cobre, mais voltada à exportação (BULMER-THOMAS, 2010).

Tabela 5: Produção Mineral Mexicana, 1891-1915

Ano	Cobre (ton.)	Carvão (ton.)	Ferro (ton.)
1891	5.650	200.000	-
1895	11.806	270.000	-
1900	22.473	387.977	3.306
1905	65.449	920.000	19.674
1910	48.160	1.304.111	54.698
1913	52.592	600.000	12.758

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2009).

A história do petróleo no México remonta da década de 1860, quando um sacerdote descobriu pequeno poço de petróleo, que devido às dificuldades de transporte e comercialização, não era viável economicamente e as demais descobertas não apresentavam um potencial econômico que a viabilizasse economicamente. Contudo, este quadro é profundamente alterado com a descoberta de grandes jazidas de petróleo no golfo do México. Associado a isto, a facilidade de extração, possibilita que a produção petrolífera cresce a ponto de o país tornar se, em pouco tempo, o maior exportador desta riqueza nas primeiras décadas do século XX (RUBIO, 2003).

O desenvolvimento da indústria petrolífera ocorreu principalmente no norte do país e influenciada diretamente

⁵ Em 1907, a metade do consumo de carvão e coque era proveniente do exterior.

pelo desenvolvimento dessa mesma indústria em território americano. Isso se torna mais evidente nas primeiras duas décadas do século XX, quando esta nação consegue alcançar as primeiras posições mundiais nesta atividade extrativa em conjunto com os Estados Unidos, Rússia e países localizados no oriente médio.

Em termos comerciais, o México começou a produzir petróleo em 1901. De início, as barreiras à entrada de outras firmas neste mercado não eram muito elevadas, visto que nos primeiros dez anos deste século havia centenas de pequenas, médias e grandes empresas, começando a explorar o subsolo deste país. Um claro exemplo deste cenário era a grande quantidade de firmas registradas neste setor, em 1919. Neste ano, havia 447 empresas registradas, e desse total uma pequena fração eram de firmas que conseguiam produzir e exportar quantidades significativas dessa mercadoria (RUBIO, 2005).

É importante ressaltar, que a indústria de mineração petrolífera ainda estava em seus estágios iniciais de desenvolvimento de suas técnicas de operação, e que nem sempre a concessão de uma licença para perfurar um poço se traduzia em sucesso comercial. Na década de 1920, a República Mexicana haveria de se tornar a maior exportadora mundial de petróleo e a segunda maior produtora. Em 1921, de cada cinco barris de petróleo produzidos no mundo, um era mexicano (conferir Tabela 6).

Tabela 6: Produção mexicana de petróleo, 1910-1920

Ano	Petróleo (barril/dia)
1910	9.956
1911	34.391
1912	45.365
1913	64.910
1914	71.878
1915	90.166
1916	111.084
1917	151.487
1918	174.872
1919	238.556
1920	430.325

Fonte: Womack (2001) e tabulações dos autores.

Já no começo do século XX, ainda governava o país Porfírio Díaz, famoso por sua afirmação: “tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”. Até aquele momento (1901), seu principal mérito foi ter mantido o país sobre uma ordem centralizadora por mais de 25 anos, fato que propiciou estabilidade para o capital externo e um crescimento econômico. Ao governar o país com “mão de ferro”, Díaz havia conseguido modernizar a economia mexicana inserindo-a na ordem econômica internacional, como fornecedora de minerais em contraste, com Argentina e Brasil. Porém, suas práticas políticas não diferenciam das executadas pelos demais governantes, excluindo do processo político a maior parte de sua população (SCHIAVON, SPENSER e VÁZQUEZ, 2006).

Durante o Porfiriato, o México havia experimentado um espetacular crescimento das suas exportações em um ritmo de sete por cento ao ano, muito superior ao que era verificado no comércio mundial de produtos primários – durante este mesmo período, a média mundial de crescimento das exportações foi de aproximadamente 3% ao ano (CATÃO, 1998). A história da indústria mexicana nas primeiras décadas do século passado é marcada pela ausência

do Estado como agente indutor, de forma direta.⁶ Segundo o pensamento liberal, ela não se intrometia diretamente nos negócios comerciais – embora esta prática não seja seguida por seus correligionários. Sua origem era de caráter espontâneo, seu desenvolvimento era, em grande parte, baseado no interesse de grupos estrangeiros ou de estrangeiros radicados neste país.

Com relação à indústria, as duas primeiras décadas haviam deixado um legado de uma econômica predominantemente capitalista. Contudo, seu desenvolvimento ocorre de forma desigual favorecendo as regiões do Noroeste, Nordeste, Distrito Federal e do Golfo, em detrimento das demais. Grande parte da indústria de manufaturas mexicana estava localizada em três pontos do país: Cidade do México, Monterrey, e entre as cidades de Puebla e Vera Cruz (MEYER, 2002, pp.213-214).

O grande crescimento industrial nas últimas décadas do século XIX fora impressionante, contudo, ainda existiam grandes gargalos a serem suplantados. Em maior parte, eles eram inerentes à própria estrutura econômica do país, entre os obstáculos encontrados estavam a dificuldade em aumentar a escala de produção, a baixa produtividade dos trabalhadores, os altos custos do capital fixo como proporção a que a economia poderia mobilizar (HABER, 1990b, p.345).

O processo de formação de um mercado nacional estava em fase inicial com a introdução das ferrovias e a redução nas dificuldades de comercializar mercadorias em quase todo território nacional. Para auxiliar este processo, havia a crescente urbanização e a formação de uma classe de trabalhadores que proporcionaram um aumento do poder de compra da sociedade, expandido as oportunidades de venda pelos industriais mexicanos. Todavia, certos desafios continuavam pesando bastante. Nesse diapasão, quase 75%

de todos os mexicanos ainda viviam nas pequenas comunidades, onde a realidade econômica era similar ao começo do século XIX, e entre os assalariados a renda era extremamente baixa quase ao nível de subsistência. Seria desejável que as classes “mais abastadas” adquirissem produtos nacionais, porém a prática era que elas preferiam comprar mercadorias importadas, em detrimento da produção nacional.

A tecnologia importada pelas empresas estrangeiras não era compatível com a realidade do mercado interno, o que proporcionava uma capacidade de produção acima das potencialidades do consumo interno, o que gerava uma capacidade ociosa na industrial. Isto era um reflexo da incapacidade das empresas mexicanas sustentarem um mercado que possibilitasse a formação da indústria nacional de bens de capital. Porém, mesmo que houvesse um mercado para isto, a qualificação dos trabalhadores era extremamente reduzida, o que dificultaria encontrar mão-de-obra com conhecimento técnico e especializado (AMSDEN, 2009, p. 69-80). Segundo Haber (1990b, p.350): “as fabricas têxteis mexicanas empregavam quase o dobro de trabalhadores por máquina que as firmas britânicas e mais de duas vezes e meia que as da Nova Inglaterra”. Por outro lado, o mesmo autor constatou que a importação dos bens de capitais aumentaram os custos de implantação da indústria no México, quando comparada com economias mais desenvolvidas, aumentando os custos de produção locais e dificultando a concorrência com produtos importados.

Entre 1900 e 1910, o número de empresas têxteis praticamente permanece inalterado. Todavia, sua produção cresce consideravelmente, indicando um aumento no seu tamanho de operação. Por outro lado, os dados da tabela seguinte também mostram o comportamento da

⁶ Para os padrões de intervenção do Estado no começo do século XX, era aceitável a prática do uso de subsídios, isenções fiscais e concessões para operação de serviços públicos.

Posteriormente, a partir dos anos trinta, começa a prevalecer a intervenção direta do Estado na produção.

produtividade dos trabalhadores que praticamente permanece inalterada (FRANÇA e CUNHA, 2014).

Tabela 7: Indústria têxtil mexicana, 1900-1913

Ano	Número de Fábricas	Valor da Produção em 1000 pesos	Produção em 1000 metros	Trabalhadores	Produção por Trabalhador (1900 =100)	
900	1	122	35.439	261.397	27.767	100,0
901	1	133	35.553	262.044	26.709	96,0
902	1	124	27.939	235.956	24.964	99,6
903	1	115	31.339	262.170	26.149	94,2
904	1	115	34.646	280.710	27.456	105,0
905	1	130	46.097	310.692	30.162	109,9
906	1	130	44.894	349.711	31.673	105,0
907	1	129	41.326	376.517	33.132	104,6
908	1	132	35.303	368.370	35.816	108,1
909	1	129	36.656	314.228	32.229	90,0
910	1	121	39.119	315.322	31.963	99,2
911	1	119	39.286	341.441	32.147	100,6
912	1	126	46.848	319.668	32.209	100,2
913	1	128	36.643	298.897	32.641	101,3

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2009) e tabulações dos autores.

Com relação à oferta de mão-de-obra, o México não conseguiu beneficiar-se de uma corrente migratória proveniente a Europa, que possibilitasse melhorar o capital humano em termos de qualificações. Embora houvesse tentativas de atrair colonos, elas nunca conseguiram

prosperar como no Brasil e Argentina. Pelo contrário, o país era um grande exportador de mão de obra, para os Estados Unidos. Em uma economia aberta ao comércio internacional, as condições de sobrevivência das empresas mexicanas eram difíceis. A alternativa encontrada foi à proteção do Estado, por meio das tarifas aduaneiras. Esta prática não era isolada, outros países faziam o mesmo para proteger suas indústrias. Em 1913, o México aplicava uma tarifa média de 33,7%, a Argentina de 26%, o Brasil de 42% e os Estados Unidos de 44% (AMSDEN, 2009, p.94).

Além disso, o crédito bancário era restrito e limitado. O sistema financeiro mexicano estava orientado para operações de curto prazo dificultado ao empresário nacional levantar recursos para expandir suas atividades. Em 1897, havia somente sete casas bancárias em operação, treze anos mais tarde este número chegaria a vinte. Da mesma forma que no Brasil e Argentina, as casas bancárias eram de maioria de propriedade inglesa, que forneciam créditos, com até um ano de duração.

A classe de industriais mexicanos era formada por pessoas de origem comerciais, que por sua vez eram beneficiados com apoio do Governo de Porfírio Díaz. Seu poder político possibilitava “abrir caminhos” em um emaranhado conjunto de restrições. Ter alguém no Governo era uma boa política para os lucros.

4. As condições sociais: lutas pela expansão da cidadania

Ao longo do século XIX, as condições sociais do campo praticamente não sofreram alteração com relação ao período colonial (SCHWARTZ e LOCKHART, 2002; VAN YOUNG, 2008). As estruturas sociais permaneciam as mesmas, com o forte poder da Igreja sobrepujando as

estruturas civis da nação. Os camponeses, por lei, eram obrigados a pagar o dízimo e a igreja católica controlava praticamente a metade das terras do país. Coexistia no campo, as mais diversas formas de organização. Algumas delas aplicando tecnologias avançadas e outras, reproduzindo técnicas de cultivo que remontam ao período pré-hispânico (KATZ, 2002, p.50).

As zonas rurais a maioria dos camponeses estavam abrigados em haciendas, compostas de grandes latifúndios privados e de terras agrícolas com áreas comunitárias. Nas haciendas, prevalecia a peonaje. Neste sistema, os camponeses frequentemente estavam presos ao proprietário da terra por compromissos financeiros não honrados, e também havia a possibilidade de ser vendidos a outros proprietários que se comprometessem a pagar a sua dívida. Todavia, mesmo que não houvessem contraído nenhuma dívida, isto não significava que os camponeses teriam liberdade para escolher onde trabalhar. Existia uma legislação em vigor que combatia duramente aqueles que eram pegos em situação de vadiagem, tornando assim inseguro para camponês procurar pelo México melhor ocupação.⁷ Outro grupo significativo eram os indígenas das aldeias que possuíam maior liberdade para trabalhar com relação aos camponeses. Eles podiam, em determinadas épocas do ano, realizar serviços nas haciendas mais próximas (BAZANT, 2001). Neste ponto, Brasil e México tinham um problema em comum: a grande maioria dos trabalhadores estava presa ao campo, ou por escravidão ou por dívidas com o senhor das terras. As condições para o desenvolvimento econômico eram dificultadas, em decorrência da remuneração pelo trabalho ser escassa, e não haver condições para a expansão de um mercado interno consumidor.

⁷ Nestas circunstâncias era mais seguro estar atrelado a uma propriedade. Todavia, isto não assegurava ao seu proprietário, uma mão de obra mais eficiente, pois também trazia vantagens ao peão, contrair uma dívida com o

proprietário da terra e não se esforçar o suficiente no seu trabalho, visto que não seria demitido enquanto não houvesse quitado o seu compromisso. Ver Bazant (2001, p.438).

Da mesma forma que em toda a América Latina, o acesso à terra era um problema comum. A questão do direito à propriedade estava associada diretamente ao poder político das oligarquias que estavam no poder. Embora a revolução mexicana tenha se proposto a distribuir terras com os camponeses, esse cenário não foi modificado por tal movimento. No México, o acesso à terra estava nas mãos de poucas pessoas, estas controlava o cenário político. Neste universo, possuir grandes propriedades representava um sinal de status e poder econômico. Porém, isto não significava que as propriedades fossem produtivas.

Qualquer análise do setor agrícola mexicano deve levar em consideração uma de suas características mais importantes, que é a sua heterogeneidade. No início do século vinte, havia grande polarização nesse setor, em que prevalecia de um lado um modelo agrícola de subsistência ou tradicional, e de outro, um modelo agrícola comercial. No sistema agrícola tradicional, as propriedades eram de pequena extensão, as técnicas de produção eram repassadas de geração para geração entre os camponeses e, o sucesso nas colheitas, dependia da boa vontade da natureza em irrigar suas terras. Como resultado, a produtividade dos camponeses era extremamente baixa. Por outro lado, nas grandes propriedades que praticava a agricultura comercial, as técnicas de produção eram as mais modernas, empregava mão-de-obra assalariadas e usavam da irrigação como elemento de substituição da loteria da natureza.

Estas diferenças também podem ser observadas em termos geográficos, as terras localizadas nas províncias ao norte do México são as que apresentam maiores extensões, melhores técnicas e forte apoio do capital externo, em sua maioria, norte-americano. Por outro, as terras localizadas mais ao sul, apresentam menor dimensão territorial, na agricultura de subsistência e no uso de técnicas tradicionais.

As mudanças ocorridas no marco legal e institucional foram eficazes para retirar o acesso à terra pelos camponeses. As terras comunais, de propriedade indígena foram

gradativamente confiscadas em benefícios dos grandes proprietários rurais, que também controlavam o poder político do campo e sustentavam o regime. Embora essa prática já tivesse iniciado durante a década de 1850, no regime do Porfiriato ela torna-se mais acelerada. Em 1910, os resultados dessa política conduziram na expansão das terras disponíveis para um a agricultura moderna, convertendo em quase 20% do território nacional em novas terras privadas. Com o impedimento das comunidades rurais de acesso suas antigas terras comunais, as condições de sobrevivência dos camponeses agravaram-se, tornando-os cada vez mais dependentes dos grandes proprietários rurais, e criando condições para que num futuro próximo estourasse graves conflitos pelo poder da terra nas comunidades rurais. Daí que a promessa de uma reforma agrária sempre foi lembrada pelos grupos políticos que lutavam durante a Revolução Mexicana (AGUILAR e MEYER, 2000; DOMÍNGUEZ, 2010).

5. Considerações finais: os prolegômenos da Revolução

As transformações econômicas conduziram ao México tornar-se um país fortemente dependente dos interesses estrangeiros, que passaram a controlar os setores importantes da economia, com exceção da agricultura: bancos, mineração, indústria e transportes. A evolução da indústria ocorreu às custas de uma forte concentração no setor. As principais atividades eram controladas por poucas empresas que praticavam entre si práticas de cartel e formação de preços mais elevados. O processo de acumulação industrial permitiu expandir suas empresas em uma escala sem precedentes. As plantas industriais eram superiores ao que mercado poderia consumir internamente, o que conduzia a produção das empresas estar sempre abaixo da sua capacidade máxima. Contudo, estas modificações não possibilitaram o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital e de produtos intermediários.

Tabela 8: Taxas de concentração de bens de exportação no México e em outros países latino-americanos, circa 1913

Porcentagem

País	Primeiro produto	%	Segundo produto	%	Total
Argentina	Milho	22,5	Trigo	20,7	43,2
Bolívia	Estanho	72,3	Prata	4,3	76,6
Brasil	Café	62,3	Borracha	15,9	78,2
Chile	Nitratos	71,3	Cobre	7,0	78,3
Colômbia	Café	37,2	Ouro	20,4	57,6
Costa Rica	Banana	50,9	Café	35,2	86,1
Cuba	Açúcar	72,0	Fumo	19,5	91,5
Equador	Cacau	64,1	Café	5,4	69,5
El Salvador	Café	79,6	Metais preciosos	15,9	95,5
Guatemala	Café	84,8	Banana	5,7	90,5
Haiti	Café	64,0	Cacau	6,8	70,8
Honduras	Banana	50,1	Metais preciosos	25,9	76,0
México	Prata	30,3	Cobre	10,3	40,6
Nicarágua	Café	64,9	Metais preciosos	13,8	78,7
Panamá	Banana	65,0	Coco	7,0	72,0
Paraguai	Erva mate	32,1	Fumo	15,8	47,9
Peru	Cobre	22,0	Açúcar	15,4	37,4
Porto Rico	Açúcar	47,0	Café	19,0	66,0
R. Dominicana	Cacau	39,2	Açúcar	34,8	74,0
Uruguai	Lã	42,0	Carne	24,0	66,0
Venezuela	Café	52,0	Cacau	21,4	73,4

Fonte: Bulmer-Thomas (2010, p. 77).

A indústria mexicana desenvolveu-se aceleradamente em atividades que não havia similar em toda América Latina, tais como a produção de vidro, papel e produtos químicos básicos. A maioria das reformas econômicas beneficiou um pequeno grupo de pessoas que

apoiavam o regime. O nível de corrupção havia chegado a um patamar bastante elevado, onde a prática de dificultar e vender facilidades eram bem comuns. As transformações que a economia mexicana apresentou nos

anos do Porfiriato levaram a profundas contradições, tanto no campo como nas cidades. Nas regiões rurais, coexistia uma nova agricultura moderna intensiva em capital, que adotava modernas técnicas de gestão, e por outro havia fazendas que produzindo de modo similar ao que era produzido desde o período colonial. Os indígenas e trabalhadores rurais e urbanos, foram fortemente coibidos da defesa dos seus interesses. Os povos indígenas gradualmente foram perdendo o acesso a suas terras comunais, em benefício dos grandes proprietários de terras. O sistema da peonaje ainda era bastante adotado nas grandes fazendas. Os trabalhadores urbanos eram proibidos de se organizar. Diante destas contradições surge um México moderno e outro atrasado que produziram um crescimento sem paralelo até aquele

momento na história do país, levando a sua inserção no sistema econômico internacional. Eram as condições básicas para que revoltas sociais acontecessem. Em 20 de novembro de 1910, estoura a revolução mexicana, que iria culminar com a deposição de Porfirio Diaz em 25 de maio de 1911, e levaria a economia do país ao caos (AGUILAR e MEYER, 2000; SCHIAVON, SPENSER e VÁZQUEZ, 2006; BULMERTHOMAS, 2010).

BIBLIOGRAFIA

- AGUILAR, Héctor, e MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana. História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.
- AMSDEN, Alice H. *A ascensão do resto: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- BAZANT, Jan. "O México da Independência a 1867". In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: da independência até 1870*. v. III. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001, p. 413-464.
- BRUE, Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. 6ª ed. São Paulo: Thomson, 2005.
- BULMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la independencia*. 2a. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- CALDERÓN, Francisco. "Los ferrocarriles". In: COSÍO, Daniel. *História moderna de México*. México: Editora Hermes, 1965, p. 544-565.
- CARMAGNANI, Marcello. *El otro Occidente*. Cidade do México: FCE e CM, 2004.
- CATÃO, Luis A. V. "Mexico and export-led growth: the Porfirian period revisited", *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, n. 1, p. 59-78, 1998.
- COATSWORTH, Jonh H. "Los orígenes del autoritarismo moderno en México", *Foro Internacional*, v. 16 n. 2, p. 205-232, 1975.
- _____. "La historiografía económica de México", *Revista de Historia Económica*, v. VI, n. 2, p. 277-291, 1988.
- _____. *Los orígenes del atraso. Nueve ensayos de historia económica mexicana en los siglos XVIII y XIX*. Ciudad de México: Editora Alianza Editorial Mexicana, 1990.
- CUNHA, George Henrique de Moura. "Brasil, Argentina e México: os três reis da América Latina, 1870-1913". Brasília: Tese de Doutorado pela Universidade de Brasília, 2013.
- DE LA BORDA, Joel Álvares. *Los orígenes de la industria petrolera en México, 1900-1925*. Cidade do México: Editora Petróleos Mexicanos, 2005.
- DOMÍNGUEZ, Carlos F. "Não-reeleição, laicidade do Estado e luta pela terra: reflexões sobre três postulados da Revolução Mexicana", *Revista Espaço Acadêmico*. 114: 22-28, 2010.
- FICKER, Sandra Kuntz. "Mercado interno y vinculación con el exterior: el papel de los ferrocarriles en la economía del Porfiriato", *Foro Internacional*, v. 45, n. 1, p. 39-66, 1995.
- FRANÇA, José. A., e CUNHA, George. "Produtividade textil-algodoeira mexicana da era Porfiriana: Uma abordagem comparativa com o Produto Interno Bruto", *Espacios*, v. 35, p. 1-1, 2014.

HABER, Stephen. "La economía mexicana, 1830-1940: obstáculos a la industrialización (I)", *Revista de Historia Económica*, v. 8, n. 2, p. 335-362, 1990a.

_____. "La economía mexicana, 1830-1940: obstáculos a la industrialización (II)", *Revista de Historia Económica*, v. 8, n. 2, p. 335-362, 1990b.

HART-DAVIS, Adam. *The definitive visual guide: From the dawn of civilization to the present day*. Singapore: Dorling Kindersley Limited, 2010.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía. *Estadística históricas de México 2009*. México: Colección Memoria, 2009.

KATZ, Friedrich. "O México: A República Restaurada e o Porfiriato: 1876-1910". In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. v. V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002, p. 40-103.

MEYER, Jean JR. "O México: revolução e reconstrução nos anos de 1920". In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. v. V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002, p. 193-234.

RUBIO, Maria del Mar. "Oil and economy in Mexico, 1900-1930s", *Economics & Business Working Paper*, 690, 2003. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=430983>>. Acesso em: 2 de março de 2016.

_____. "The role of Mexico in the first oil shortage: 1918-1922", *International Perspective*, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1001399>>. Acesso em: 5 de março de 2016.

SCHIAVON, Jorge A., SPENSER, Daniela, e VÁZQUEZ, Mario. *En Busca de uma Nación Soberana. Relaciones Internacionales de México, siglos XIX y XX*. Cidade do México: CIDE e SER, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B., e LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VAN CREVELD, Martin. *Ascensão e Declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VAN YOUNG, Eric. "Revolução e Comunidades Imaginadas no México, 1810-1821". In: PAMPLONA, Marco A., e DOYLE, Don H. *Nacionalismo no Novo Mundo. A formação dos Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 267-298.